



# **Cooperação e Desenvolvimento Sustentável Local: uma Análise Qualitativa de Fóruns de Agenda 21**

**Lívia Garcez Padilha<sup>1</sup>**  
**Jorge Renato Verschoore<sup>2</sup>**

## **Resumo**

O artigo se insere no contexto das ações coletivas em prol do desenvolvimento sustentável local. Seu objetivo principal é apresentar e analisar as ações de quatro Fóruns Locais de Agenda 21 no Rio Grande do Sul. Os municípios selecionados foram São Lourenço do Sul, Gravataí, Ijuí, e Vacaria. Como base teórica, foram adotados os fundamentos do desenvolvimento sustentável local e da literatura sobre a Agenda 21. No intuito de aprofundar o conhecimento sobre a temática, foi realizada uma pesquisa exploratória e qualitativa, utilizando-se o método do estudo de casos múltiplos. Os resultados demonstraram que os quatro Fóruns analisados estão em estágios diferentes, tanto em relação à metodologia proposta pela Agenda 21 Nacional, quanto ao alcance dos objetivos pretendidos. As evidências apontaram diferentes soluções para viabilizar a necessária cooperação entre os atores envolvidos nas questões locais do desenvolvimento sustentável. A análise dos quatro casos abordados contribui na compreensão das dificuldades, das formas de superação e das perspectivas das iniciativas locais da Agenda 21. As conclusões do

---

*Recebimento: 3/10/2012 • Aceite: 22/11/2012*

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: liviap27@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. End: Av. Unisinos, 950. Centro, São Leopoldo, RS, Brasil. E-mail: jorgevf@unisinos.br

estudo norteiam uma concepção teórica e prática do desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Cooperação; Agenda 21; Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local

## **Cooperation and Local Sustainable Development: A Qualitative Analysis of the Agenda 21 Forums**

### **Abstract**

The article is in line with the collective actions being taken to support local sustainable development. The main objective is to present and analyze the actions of four Agenda 21 Forums in Rio Grande do Sul. The selected cities were São Lourenço do Sul, Gravataí, Ijuí, and Vacaria. The study was based on theories of sustainable development and Agenda 21 literature. In order to broaden the knowledge on the theme, an exploratory and qualitative research was conducted making use of multiple study cases. The findings showed that the four Forums are at different stages, both in relation to the methodology proposed and the desired goals achieved. The evidences pointed different solutions to make the necessary cooperation possible among the actors involved in this context. The analysis of the four cases contributes to the understanding of the difficulties, the ways of overcoming issues, and the perspectives of the Agenda 21 local initiatives. The conclusions lead to a theoretical and practical conception of sustainable development.

**Keywords:** Cooperation; Agenda 21; Sustainable Development; Local Development

## Introdução

Muitas iniciativas de desenvolvimento sustentável esbarram na dificuldade de acordar interesses e objetivos comuns. A execução de acordos de impacto global, como o Protocolo de Kyoto firmado em 1997, raramente acontece devido à dificuldade que os países têm em agir de forma coordenada. Conforme o diretor do Programa de Meio Ambiente da ONU, “Essa falta de cooperação emperra a execução de tratados de enorme importância para o meio ambiente” (STEINER 2012, p. 17). Apesar das limitações da cooperação internacional, boas práticas de sustentabilidade em escala local, que dependem da capacidade de atores próximos geograficamente (JACOBI, 2005), têm oferecido diferentes soluções para essa tragédia dos comuns (HARDIN, 1968). “É verdade que houve pouco avanço na esfera internacional, mas já se vê um progresso considerável e iniciativas realizadas dentro de cada país” (STEINER 2012, p. 17). No Brasil, um dos exemplos realçados é a Agenda 21 Local (AG21L).

As contribuições dos estudos de Sachs (1986) que deram origem ao termo desenvolvimento sustentável e diversas iniciativas internacionais de proposição de ações culminaram na proposta da Agenda 21. Esta iniciativa, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), instituiu um conjunto de diretrizes na busca por um caminho sustentável, aliando temas diversos que convergem para uma agenda de desenvolvimento adequada aos desafios do século. A Agenda 21, assim como nos acordos e protocolos internacionais, pressupõe um “componente de cooperação” (JACOBI, 2003, p. 202). Para lidar com as referidas dificuldades de coordenação, a Agenda 21 estabeleceu uma metodologia de seis passos que organiza a interação entre os diferentes atores sociais no sentido do desenvolvimento sustentável local.

Todavia, tanto o desenvolvimento sustentável local, quanto a coordenação das relações cooperativas constituem temas não consolidados que requerem um maior aprofundamento das suas questões teóricas e empíricas. Por conseguinte, este artigo tem como objetivo principal a compreensão do fenômeno das relações de cooperação da Agenda 21 no nível local, tendo como campo empírico quatro Fóruns Locais da Agenda 21 constituídos no Rio Grande do Sul. Para atingir o objetivo proposto, o artigo está organizado do seguinte modo. Na próxima seção, são contextualizados os aspectos teóricos da pesquisa, com ênfase ao desenvolvimento sustentável. Na seção seguinte, a Agenda 21 é enfocada com maior detalhamento analítico. Nas sessões posteriores, os resultados da pesquisa junto aos quatro

Fóruns Locais são descritos e discutidos caso a caso. E, ao final, são apresentadas as considerações finais, no que tange às implicações e às limitações do estudo.

## Desenvolvimento Sustentável Local

Conforme progride a economia mundial, suas interações com a dimensão social e ambiental tornam-se mais evidentes para a sociedade. E se, por muito tempo a atenção esteve focalizada predominantemente na eficiência econômica, pode-se dizer que hoje o olhar é mais amplo. Há décadas estudos abordam a questão dos dilemas da cooperação, desde a teoria da tragédia dos comuns (HARDIN, 1968), até a teoria da lógica da ação coletiva (OLSON, 1999). Já Ostrom (1990) possui uma visão mais otimista da prática de governança de bens comuns, como a água, que salienta em sua teoria do governo dos iguais.

No ano de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano tornou claro que seria preciso qualificar o desenvolvimento econômico de forma a diferenciar as práticas correntes de degradação ambiental de novos procedimentos, mais condizentes com a nova percepção da finitude dos recursos naturais (BURSZTYN, 2006). Com o documento intitulado *Nosso Futuro Comum* imaginou-se que esta questão estaria clara, pois se trata de uma obra extensa e que consolida a discussão das implicações da ação humana sobre o planeta. Todavia, mesmo após o Relatório Brundtland, para Nascimento e Vianna (2007), ainda não há um consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma das poucas concordâncias é que ele engloba três esferas: a eficiência econômica, a conservação ambiental e a equidade social.

Uma vez que este tema envolve três grandes áreas do conhecimento, econômica, social e ambiental, ele passa a ter uma importância científica significativa na contemporaneidade. Burkett (2009) considera que, em meio a controvérsias, o ponto de partida para o conceito de desenvolvimento sustentável é a visão de que os recursos da Terra são limitados e que a falta deles pode transformar um desenvolvimento em insustentável. Assim, entre pessimistas e otimistas, há também aqueles que tentam trilhar o "caminho do meio" (SEN, 2000), uma vez que é seguindo este trajeto melhores soluções poderão ser encontradas (VEIGA; ZATZ, 2008). O enfoque de autores como Sen (2000) e Ostrom (2009) também demonstra uma necessária busca pelo desenvolvimento das capacidades humanas e sociais. Neste sentido, Manzini e Vezzoli (2008) argumentam que o desenvolvimento

sustentável pode ser referido “às condições sistêmicas e que as atividades humanas não devem interferir nos ciclos naturais baseando-se em tudo o que a resiliência do planeta permite e, ao mesmo tempo, não devem empobrecer seu capital natural, pois será transmitido às gerações futuras” (MANZINI; VEZZOLI, 2008, p. 27).

De acordo com Sachs (2000), o conceito de desenvolvimento sustentável revela também a interdependência entre diferentes dimensões da realidade social. Tal discussão se faz presente nos níveis globais e locais, haja vista que são identificadas situações onde os temas estão imbricados. Considera-se, pois, a possibilidade dos objetivos de Estado, Mercado e Sociedade Civil atingirem convergência. Tais questões, que se referem aos problemas de desenvolvimento vigentes estão sendo discutidas no âmbito mundial e algumas ideias já são organizadas como uma agenda a ser seguida no século 21. Conforme citado anteriormente, é neste contexto que iniciativas como as Agendas 21 Locais podem indicar ações, pois elas colocam em debate o desenvolvimento sustentável local, respeitando a pluralidade e as reais necessidades de cada localidade.

Sendo assim, sintetizam-se as ponderações tecidas aqui, destacando-se alguns conceitos-chave que caracterizam e delimitam a noção de desenvolvimento: sustentabilidade, território, participação cidadã, e desenvolvimento com base em valores (ANDION, 2003). A temática do presente estudo considera a ideia da participação e da ética, enfatizando o desenvolvimento sustentável e a sua vinculação à noção de localidade, tornando-se, assim, um desenvolvimento sustentável local. Para tanto uma das grandes dificuldades está na necessidade dos diferentes atores compreenderem as suas possibilidades e os seus limites de ação, agindo conjuntamente e negociando os conflitos existentes (VILLELA; PINTO, 2009). De nada adiantará a proposição de um acordo que vincule e comprometa países a assumirem os seus compromissos com o planeta e com a comunidade mundial, se este não puder ser aceito por todos. A mudança climática é um caso típico que expressa a dificuldade em encontrar soluções conjuntas para problemas globais (LEIS, 1999).

Em decorrência deste tipo de obstáculo, algumas propostas foram feitas ao longo dos anos e uma delas, que prospera quanto ao tema do desenvolvimento sustentável, é a Agenda 21. Construída com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países e sustentada na ideia da ação coletiva. Nela, cada país signatário ficou responsável por desenvolver a sua própria Agenda 21 Nacional, e esta agenda realizaria projetos localmente. Com base neste contexto,

investigou-se sobre as formas de atuação da Agenda 21 no âmbito local, verificando que existem periodicamente Encontros Regionais entre as Agendas Locais. A partir desta informação foram selecionados quatro municípios que já sediaram os Encontros no Rio Grande do Sul, sendo eles: São Lourenço do Sul, Gravataí, Ijuí e Vacaria.

A pesquisa foi realizada mediante a colaboração destes quatro Fóruns de Agenda 21. Os dados foram coletados durante por meio de observações nos encontros dos grupos, por meio de documentos disponibilizados pelos participantes e por meio de entrevistas individuais. Os respondentes das entrevistas foram selecionados pelo grau de envolvimento e participação nos Fóruns e pela qualificação como representante do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil. Ao total, dezessete participantes foram entrevistados. As respostas foram transcritas e analisadas com o apoio do software NVivo 10. Ao longo deste artigo serão nominados pelas siglas E1, E2, E3, até E17, sem qualquer ordem ou identificação por Fórum. Assim, a partir das análises sobre o conteúdo do *corpus de informações*, apresenta-se a seguir os principais resultados do estudo.

## A Agenda 21

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a Agenda 21 são considerados instrumentos irmãos para a consecução do desenvolvimento sustentável, já que ambos foram aprovados e vêm sendo utilizados pelos Estados-membros que compõem a Organização das Nações Unidas (CERQUEIRA; FACCHINA, 2005). Conforme citado anteriormente, a Agenda 21 tem como objetivo preparar a população para os desafios do século e “conclama a todos para uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável” (BARBIERI, 1997, p.13). A Agenda 21 Global foi construída com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que tomou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro em 1992 (MMA, 2011).

Visto a importância deste Projeto de Agenda 21, vale salientar que, no início de suas discussões, houve quem desejasse que as considerações se limitassem apenas a questões ambientais, apesar do meio ambiente não existir como uma esfera desvinculada das questões socioeconômicas e das ações, ambições e necessidades humanas (CMMAD, 1991). Esta relação entre as esferas foi destacada pelos participantes da Agenda 21. Alguns entrevistados comentaram que não eram somente as questões ambientais que eram tratadas nos Fóruns.

Segundo o entrevistado E11, por exemplo: “a Agenda 21 não é um tema ambiental [...] é muito mais que só ambiente!” O entrevistado citou ainda um exemplo sobre reciclagem de lixo no qual se percebe uma integração entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais: “eu só consigo reciclar se eu lidar com o socioambiental [...] como é que eu vou trabalhar reciclagem numa população morrendo de fome, que não tem onde morar, morando na área de risco e que o filho anda de pé no chão?” (E11).

Em relação à esfera ambiental, Jacobi (2005) expressa que o grande ponto de inflexão ocorre com a constituição de fóruns e coalizões que têm importância estratégica para ativar, expandir e consolidar um caráter multissetorial. Este caráter está na base do Programa da Agenda 21 e trata-se de um processo bastante complexo, em virtude da sua heterogeneidade organizativa e conceitual dos envolvidos. Na direção da sinergia para uma sustentabilidade ambiental, social e econômica, Coelho (2008) considera que o sucesso de sua fórmula está em um modelo de atendimento equilibrado entre os interesses público e privado.

Em outro nível de ação, cada um dos países signatários ficou responsável por desenvolver a sua própria Agenda 21 Nacional. Para tanto, seis áreas temáticas foram selecionadas para o desenvolvimento de projetos as quais incluem cidades e agricultura sustentáveis, infraestrutura e integração regional e, a redução das desigualdades sociais (MMA, 2011). No Brasil, os projetos envolveram diversas instituições e os seus resultados foram sistematizados e publicados em 2000 com o título de “Agenda 21 Brasileira - Bases para Discussão”. Posteriormente, em julho de 2003, foi lançada uma edição revisada do documento “Construindo a Agenda 21 Local” do Ministério do Meio Ambiente, que reafirmou a Agenda 21 no país e defendeu a ampliação da Agenda para o nível local.

Desta forma, a Agenda 21 foi inserida no Plano Plurianual - PPA 2004/2007 do país, o que lhe conferiu maior alcance, capilaridade e importância como política pública. Três principais ações passaram a ser realizadas regularmente: implementar a Agenda 21 Brasileira; elaborar e implantar agendas locais; e, desenvolver programas de formação continuada (FONSECA, 2002). No âmbito local, segue-se a metodologia do Ministério do Meio Ambiente intitulada de “Passo a Passo da AG21L”. Constitui-se de seis etapas: 1º- Mobilizar para sensibilizar governo e sociedade, 2º- Criar o Fórum da AG21L, 3º- Elaborar o diagnóstico participativo, 4º- Elaborar o Plano Local de

Desenvolvimento Sustentável (PLDS), 5º - Implementar o PLDS e 6º - Monitorar e avaliar o PLDS.

No Rio Grande do Sul, a AG21L demorou mais que em outros estados para avançar. Em 2002, conforme o IBGE, o estado tinha a menor adesão de municípios aos processos de formação de AG21L. Como em todo o Brasil proliferavam as AG21L, no Rio Grande do Sul começaram a ocorrer articulações regionais no intuito de expandir a ideia e realizar o compartilhamento de experiências. Em uma nova pesquisa, em 2009, os dados mostraram o aumento neste percentual, alcançado 12% de municípios com adesão a AG21L (IBGE, 2009). Na fase de mapeamento do campo empírico, ao visitar os municípios, teve-se contato com diversas narrativas que citavam a evolução recente da AG21L no Rio Grande do Sul.

Algumas evidenciavam a importância dos encontros regionais e como eles desempenharam um papel importante na adesão de municípios para a AG21L. Um dos entrevistados, por exemplo, afirmou que: “[...] conseguimos mobilizar muitos municípios gaúchos que nunca tinham ouvido falar em AG21 [...] a gente não avançou na nossa casa, mas consegui avançar no estado” (E4). Questionou-se, então, sobre os subsídios necessários que os passos metodológicos pudessem ser seguidos nos municípios. Os resultados indicaram que o fomento ocorre de formas variadas, “como por capacitações, visitas de técnicos aos municípios e recursos financeiros via editais” (E1). Quando em outras entrevistas foi comentado sobre o apoio estatal, um dos entrevistados observou que “o Ministério tem editais, mas não é fácil. Isso é uma coisa que falta pra nós [...] a Agenda 21 existe quase há quatro anos e nenhum projeto foi feito” (E6). Entretanto, deve-se salientar que a oferta de recursos federais tem sido escassa, visto que os últimos editais de apoio do Governo ocorreram em 2003 (MMA, 2011).

Destaca-se que o segundo passo da metodologia de AG21L diz respeito à criação de Fóruns, que são uma forma de institucionalização do processo. Eles são formados com o objetivo de facilitar a implementação de ações por meio de parcerias, contemplando questões locais relevantes para o grupo. Observou-se que a AG21L, firmou-se como um grande acordo local para a sustentabilidade. Seus ideais e valores permeiam os envolvidos que, segundo um dos entrevistados, “é uma bandeira do divino, quando se pega, não se larga mais [...] gostaria de ter mais tempo, se o dia tivesse 48 horas, eu dedicaria 20 para a Agenda 21, porque vale à pena” (E16). Depoimentos como estes foram escutados ao longo das entrevistas realizadas nos Fóruns de AG21L dos

municípios de São Lourenço do Sul, Gravataí, Ijuí e Vacaria. Neste sentido, a seguir é apresentada análise sobre os quatro municípios abordados, juntamente com as considerações relativas ao histórico, percurso e estágio de suas AG21L.

### **São Lourenço do Sul - *Projetando o Futuro com a Participação de Todos***

O município de São Lourenço do Sul localiza-se na parte Centro-Sul oriental do Estado do Rio Grande do Sul, na Serra dos Tapes. Faz parte da Microrregião da Lagoa dos Patos, uma faixa de terra que circunda a margem direita da Lagoa dos Patos (SÃO LOURENÇO DO SUL, 2010). Sua população é de 43.111 habitantes e a densidade demográfica de 21,17 hab/Km<sup>2</sup> conforme o Censo Demográfico de 2010 (IBGE CIDADES, 2010), com aproximadamente 50% vivendo na zona rural. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com o PNUD (2000) é de 0.777 e o PIB é oriundo de serviços e da indústria. Contudo, 31% deste total estão concentrados no setor agropecuário (IBGE CIDADES, 2010), sendo 95% de todas as terras pertencentes a pequenos e médios produtores (SÃO LOURENÇO DO SUL, 2010). O turismo também está se desenvolvendo na região, e conforme o entrevistado 9, a região da Lagoa é sempre bem visitada no verão.

A coleta de dados na cidade de São Lourenço do Sul ocorreu no dia sete de junho de 2011. Neste dia, conforme combinado previamente com a coordenadora do Programa do município, teve-se acesso aos dados necessários para a pesquisa. Foram levantados praticamente todos os documentos e dados, e fez-se contato com dois participantes do Fórum de AG21L. Na parte da manhã, deu-se a primeira entrevista e, em seguida, a segunda entrevista com o representante da Sociedade Civil. Infelizmente, o terceiro respondente pretendido para aquele dia não pode ser entrevistado. Então, faltando apenas esta entrevista, foi combinado que ela seria feita por telefone, o que aconteceu alguns dias mais tarde.

Diversas documentações foram necessárias para que a trajetória do Fórum pudesse ser entendida e analisada. Neste município, todas as informações da Agenda 21 estavam disponíveis. Entre as quais foram obidas as atas, as listas de presença e outros documentos instrumentais, como leis e decretos. Nos 80 encontros do Fórum, participaram ao todo 107 pessoas, divididos entre Sociedade Civil, Estado e Mercado. As reuniões ocorreram entre os anos de 2005 (27), 2006 (16), 2007 (12), 2008 (3), 2009 (11) e 2010 (11). Como se nota

pela quantidade de reuniões em um ano, em determinados meses, como em junho de 2005, ocorreram cinco reuniões com média de 14 participantes em cada uma. Já em 2011, o Fórum da AG21L não se encontrou com regularidade e também não tinha planos de retomar atividades até o final do ano. Esta situação continuou até a última verificação com a coordenação no mês de setembro. Por este motivo, não foi possível participar de nenhuma reunião do Fórum.

No que se refere à construção da Agenda Local, os entrevistados foram convidados a contar um pouco sobre o histórico e relataram o seguinte:

Quem chamou o início do processo foi a administração municipal em 2005 [...] realmente os setores vieram, na primeira chamada que foi feita vários setores da comunidade foram, atraídos por uma nova proposta, de construção participativa, eles vieram e atenderam este chamado, e aí se constituiu esse Fórum, com o setor produtivo - empresarial, sociedade civil e o governo (E9). Normalmente, tu começa uma AG21 porque uma série de entidades se reúne e o poder público está interessado. Daí se pega os seis passos do Ministério (metodologia), e desenvolve este processo. Mas, em São Lourenço do Sul foi diferente, eu tive contato com a Agenda 21 de outro município, daí me chamaram para conduzir o processo de Plano Diretor aqui (E17).

Foi observado que o processo de construção da AG21L de São Lourenço do Sul iniciou mediante uma ação governamental que, diante do exemplo de outro município, um dos pioneiros no estado, promoveu a ideia de ter também um processo de Agenda. Sua legitimação legal veio com o Decreto Municipal 2.644 de dois de maio de 2005, que estabeleceu as diretrizes para a elaboração da Agenda e do Plano Diretor, chamado de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de São Lourenço do Sul (PDDIS), além da criação do Fórum da AG21L. Destaca-se que a instauração junto ao seu Plano Diretor, posteriormente, teve papel central, tanto que as atribuições do Fórum previstas na Lei Municipal nº 2839/2006 indicam que o programa da AG21 no município se dá pela construção do Plano Diretor (SÃO LOURENÇO DO SUL, 2005).

Segundo informações da Coordenação da AG21L, estava sendo analisada uma rede regional no Fórum, porém, depois a ideia foi perdendo um pouco da força, e “acabou virando um conselho da cidade” (E9). O Fórum foi concebido então como um conselho da cidade, tanto que no DECRETO N.º 2873 de 2007 consta:

Art. 1.º O Fórum 21 é o conjunto de instituições públicas e privadas que correspondem ao Conselho Municipal da Cidade, com a atribuição de coordenar o Sistema Municipal de Planejamento e Monitoramento e instituir o Programa de Agenda 21 local (SÃO LOURENÇO DO SUL, 2007).

Ao comentar sobre em que estágio estaria o processo da Agenda 21 no município de São Lourenço do Sul, um dos entrevistados afirma:

[...] conseguiu se fazer três passos iniciais [...] a sensibilização (1º); construiu o Fórum (2º); o levantamento (3º). Eu acho que a gente parou no diagnóstico, mas o material que a gente tinha era muito interessante [...] estava praticamente ali, e a gente passaria em um próximo momento para fazer o documento (4º passo), mas essa parte também foi cortada (E17).

Percebe-se que o Fórum não estava tendo o apoio necessário para sua continuidade, e esta situação não é vista como positiva pelos entrevistados, considerando a ideia inicial da Agenda Local e o suporte previsto para tal. Como visto, o processo da Agenda 21 é de interação e de multiplicação, mantendo a concretude das ações. Já um em um grupo como um Conselho, “é A e B, vota e deu, não dá espaço para as pessoas levarem as ideias adiante (E9). Porque “[...] ninguém está lá só para dizer sim” (E17). Ao longo das entrevistas, pode-se notar que os integrantes do Fórum não tinham perspectivas positivas quanto à sua continuidade. Um dos entrevistados comentou que para que o Fórum seguisse iria “[...] depender muito de ter dentro dele quem tem o poder de decisão, que essas pessoas compreendam a importância do processo, pra que ele possa ser reforçado” (E9). Esta situação repete-se também em outros Fóruns, como será apresentado na sequência desta análise.

Com a discussão sobre o município de São Lourenço do Sul, apoiada nos relatos dos entrevistados e os documentos

disponibilizados, foi possível conhecer o histórico AG21L. Foi apontado que a Agenda estaria na etapa do diagnóstico e que, a partir daí, não houve avanços. Os entrevistados são críticos em relação aos rumos que o Fórum adquiriu e consideram que ele, o processo mais antigo dentre os estudados nesta pesquisa, poderia retomar as suas atividades e recomeçar um trabalho com os objetivos iniciais da Agenda 21. No que tange a coordenação da cooperação o grupo de participantes era coeso e alinhado. Mostrava-se presente nas reuniões durante os primeiros anos de existência do Fórum levando-o até o 4º estágio de implementação da AG21L. A continuidade deste processo exigia um maior envolvimento do poder público local, o que não ocorreu. Caso mais ações governamentais fossem executadas e enfatizadas, seria possível trilhar o "caminho do meio" (SEN, 2000). Na medida em que o poder público não mobilizou e não incentivou as ações do Fórum, os participantes acabaram perdendo o entusiasmo e dificultando sua evolução. Na sequência, apresenta-se a Agenda 21 de Gravataí, que iniciou o seu processo em meados de 2006, mas que atualmente não segue ativo.

### **Gravataí - Construindo o Desenvolvimento da Cidade Sustentável**

A cidade de Gravataí está localizada na região metropolitana do estado, com uma população de 255.660 habitantes e uma densidade demográfica de 551,58 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE CIDADES, 2010). Segundo o PNUD (2000), o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.811, relativamente alto, se comparado ao de São Lourenço do Sul. Sua área territorial soma 463,501Km<sup>2</sup> e é banhada pelo rio Gravataí. A economia do município é dividida principalmente entre indústria e serviços, com uma pequena parcela de agropecuária. No ano de 2008, por exemplo, foram gerados R\$15.279,00 oriundos da agropecuária, em relação aos R\$2.371.233,00 da indústria e R\$2.002.743,00 de serviços (IBGE, 2010). Estes elevados números na indústria são referentes ao Parque Industrial do município, o qual conta com a presença de empresas de grande porte, como a multinacional General Motors que possui uma planta localizada no município desde a década de 1990 (GRAVATAÍ, 2010).

Tendo em vista a sua rápida evolução industrial e seus problemas sociais e ambientais, em 2005, o município já começava vislumbrar a possibilidade de criar uma Agenda 21. Estas informações foram identificadas nas atas e nos demais documentos disponibilizados pela coordenação do Fórum. No total, foram catalogados treze

encontros, divididos entre os anos de 2007 e 2008. Segundo informações dos entrevistados E11 e E16, no início, ocorreram outros encontros, quase sempre mensais, porém os registros formais como listas de presenças não foram feitos ou mantidos, impossibilitando, assim, a sua análise. Foram realizadas duas visitas ao município, sendo a primeira no dia cinco de maio de 2011 à Fundação Municipal de Meio Ambiente onde trabalhavam parte dos envolvidos com a Agenda 21 e com o Fórum. Nesta oportunidade, uma das entrevistas foi efetuada e documentos foram disponibilizados. Todavia, nem todos os documentos estavam disponíveis e organizados naquele momento. Sendo assim, combinou-se uma segunda visita para a coleta dos dados restantes, que ocorreu no dia 27 de junho de 2011. Nesta data, foi-se ao encontro dos representantes do Fórum em seus respectivos locais de trabalho. Com um deles, participante da coordenação do Fórum, puderam ser coletados mais documentos para a análise. O Fórum não estava tendo reuniões regulares há mais de cinco meses, por conseguinte, nenhum encontro pode ser observado.

Durante as entrevistas, os respondentes foram questionados sobre a construção da Agenda Local. Em seus relatos, os entrevistados comentaram que o Fórum foi uma iniciativa da Fundação Municipal de Meio Ambiente que solicitou à Prefeitura uma AG21L a ser elaborada. Esta motivação gerou um ofício (Of. N° GP/089/05) que foi enviado ao Ministério de Meio Ambiente, o qual pedia por mais informações em relação à forma como o município poderia agir. Em seguida, as pessoas que tiveram esta iniciativa deram seguimento às instruções do MMA e passaram “um ano de trabalho em um Pré-fórum” (E11).

Em junho de 2006, ocorreu uma conferência municipal em Gravataí para apresentar a proposta da AG21L à sociedade. Segundo um dos entrevistados, este evento foi exitoso, na medida em que além de atingir o seu objetivo no que dizia respeito ao município, ele contou com a participação de 758 pessoas, oriundas de outros dezessete municípios do estado. Após este evento, foi criada uma comissão chamada de “Pré- Fórum Agenda 21”, com a finalidade de fomentar a instituição do Fórum e a implantação da Agenda 21 de Gravataí. Este grupo realizou reuniões entre dezembro de 2006 e maio de 2007 e, a partir daí, após uma jornada de amadurecimento da sociedade e do governo local em relação à proposta de elaboração da Agenda 21, houve uma solenidade oficial para presenciar a assinatura do decreto que legitimou o processo do Fórum (GRAVATAÍ, 2006). Conforme comentou um dos entrevistados, este momento foi de grande emoção:

Então quando chegou dia cinco de junho de 2007 nós tínhamos uma equipe, estruturada, montada, que já tinha passado por assembleias, com uma proposta de regimento [...] foi assinado o decreto instituindo o fórum da AG21 de Gravataí (E11).

A respeito da metodologia de passo a passo para a Agenda 21 do município um dos entrevistados comentou que “[...] teve uma parte de divulgação (1º). A primeira fase foi a de capacitação, uma sensibilização e nós trancamos no diagnóstico, na verdade, trancou mais ou menos aí” (E16). Vale destacar que o 2º passo (criação do Fórum) foi realizado pelo município conforme já se evidenciou. Porém o desenvolvimento de um diagnóstico não foi concluído por um conjunto de problemas que envolveu a transferência de um dos coordenadores do Fórum, o apoio governamental foi diminuindo, assim como o envolvimento dos seus membros. Porém, a ideia da coordenação é de, na medida em que se restabeleçam as reuniões, “submeter um projeto ao MMA indicando como parceiros algumas empresas que estão em busca do ISO 14000 e 21000. Então, como essas empresas procuram o selo ambiental [...] possa vir algum patrocínio das empresas para o município” (E11). Tendo em vista esta situação, foi questionado aos participantes quais eram as suas perspectivas futuras com o Fórum e com a AG21L e obteve-se as seguintes respostas: “Acredito que não teria problema se a gente tivesse continuado com o projeto, apresentado um diagnóstico [...]” (E16).

Os resultados encontrados em Gravataí demonstraram a importância de uma comunicação anterior, pois mesmo antes de começarem o Fórum os interessados já se reuniam em encontros chamados de Pré-fórum. Em decorrência, o grupo de participantes esteve próximo e coeso desde o início do Fórum, agilizando o processo de implementação e integrando novos participantes que até então não se envolviam com estas questões. Isto corrobora as proposições de autores como Sen (2000) e Ostrom (2009), os quais defendem que a busca pelo desenvolvimento das capacidades humanas e sociais também é necessária. Por outro lado, ao longo dos anos, o Fórum sobrecarregou a coordenação em poucos membros e passou a depender destes. A saída de alguns coordenadores emperrou o processo de implementação na etapa do diagnóstico. Novas lideranças não surgiram, tornando as relações de cooperação mais frágeis. Com isso, os entrevistados se mostraram bastante críticos quanto ao futuro do Fórum. A seguir tem-se o histórico e a atual situação da Agenda 21 de

Ijuí, que iniciou o seu processo em meados de 2007 e que continua avançando no caminho do desenvolvimento sustentável local.

### ***Ijuí - Qualidade de Vida e Qualidade do Ambiente***

Localizado na região noroeste Rio-Grandense, com uma população de 78.915 habitantes e densidade demográfica é de 114,51 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE CIDADES, 2010), Ijuí é o terceiro município mais populoso da região, atrás apenas de Passo Fundo e de Erechim. De acordo com o PNUD (2000), o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.803, o que é similar ao índice de Gravataí, e superior ao de São Lourenço do Sul. Durante o processo de coleta de dados, ocorreram mais visitas a Ijuí dada à possibilidade de observação de reuniões mensais do Fórum e a receptividade dos participantes da AG21L. No total, foram três visitas à cidade, com a possibilidade da observação de dois encontros do Fórum.

Em 16 de abril de 2011, mediante um convite da coordenação do Fórum pôde-se acompanhar a reunião do grupo realizada no auditório da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE). A primeira observação feita foi quanto à disposição das cadeiras, que estavam organizadas formando um círculo. Ao ser questionado sobre aquela configuração, um dos participantes respondeu que, desde o início, o Fórum foi entendido como uma “ciranda” que todos podiam entrar e participar igualmente. Este círculo foi sendo ocupado à medida que o horário marcado chegava e, na entrada, todos já confraternizavam e circulava o chimarrão na roda. No total deste encontro, foram quinze pessoas, dentre elas, um dos entrevistados que participava da coordenação do Fórum.

Visto que a reunião do Fórum ocorria em um sábado, muitos dos participantes selecionados para as entrevistas preferiram que elas fossem agendadas em um dia de semana. Assim sendo, no dia 27 do mesmo mês, retornou-se à cidade com o intuito de realizar mais duas entrevistas. Elas foram marcadas para ocorrer na sede da Associação Ijuense de Proteção ao Ambiente Natural (AIPAN), cujo encontro é semanal. Os participantes foram entrevistados e, felizmente, nesta ocasião, estavam outros membros do Fórum que faziam parte desta ONG e também da AG21L. Portanto, visto à disponibilidade dos integrantes em responderem às questões e considerando que eles foram os fundadores da Agenda, acabaram sendo feitas quatro entrevistas no dia.

No primeiro dia da viagem, realizou-se uma entrevista com outro representante e idealizador do Fórum, e, no segundo dia, o encontro foi presenciado. Estiveram presentes 25 participantes e ficou decidido que até o mês de julho deveria ser decidida a configuração da nova coordenação, já que em seu Regimento Interno está estabelecida a troca da coordenação a cada dois anos. Após as três visitas, obteve-se um material completo, desde o início do Fórum, com notícias de jornais locais anexas e uma vasta documentação referente a atas e listas de presenças. Ao total, foram contabilizadas 24 reuniões entre abril de 2008 e março de 2011, as quais tiveram um total de 195 participantes.

A configuração da AG21L teve início nas discussões da AIPAN em parceria com a Coordenadoria Regional de Educação, que organizava uma conferência nacional para a mobilização de Agendas 21 escolares. Tendo em vista a convergência de interesses, optou-se por unificar os processos e ampliar a proposta, culminando em uma AG21L (AIPAN, 2009). A partir daquele momento, diversas ações foram desenvolvidas com o apoio financeiro municipal e suporte do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ com a intenção de que “toda a comunidade viesse e colocasse várias questões [...] que fosse o espaço de voz da comunidade” (E15). O processo foi crescendo e fortalecendo-se através de palestras e oficinas ministradas sobre os temas da Agenda 21. Os entrevistados lembram que “eram encontros mensais, que a gente chama de reuniões do Fórum hoje, e foi surgindo, o diagnóstico [...] várias entidades participaram, nós estávamos trabalhando e não tínhamos registro oficial” (E4). De acordo com um dos coordenadores destas iniciativas, “mais de 3.500 pessoas participaram de reuniões no município” (E5). Este extenso processo configurou o 1º passo da metodologia a de sensibilização para a AG21L em Ijuí.

O diagnóstico do município foi realizado junto à sensibilização e como descreve uma das participantes, o que aconteceu na época foi que: “eles (AIPAN) fizeram todo um diagnóstico do município e foram apontando possíveis soluções. Aconteceu tudo isso antes de estar instituído por lei” (E15). Salienta-se que o documento que apresenta o diagnóstico do município é completo, caracterizando cada problema exposto e as suas possíveis soluções. Ele inclui aspectos referentes à educação ambiental; aos resíduos sólidos e saneamento; aos recursos hídricos, matas ciliares e nascentes; à cidade sustentável; ao consumo responsável e participação direta na gestão; à justiça social e solidariedade universal. Posteriormente, houve avanços, com destaque para a criação da Secretaria do Meio Ambiente do município (AIPAN,

2009). De acordo com o entrevistado E6 “[...] a criação da secretaria nasceu no Fórum. E hoje tudo o que envolve a questão socioambiental aqui em Ijuí ferve no Fórum, é dali que as coisas vão acontecendo”. A partir deste ponto, iniciou-se o processo de consolidação das ações também em espaço público, com ênfase para a institucionalização da AG21L na LEI Nº 4990, de 14 de maio de 2009 (IJUÍ, 2009). Com base nas atas e nas presenças, sabe-se que o Fórum não deixou de se reunir, tanto que, em 2010, todos os 12 encontros planejados ocorreram e continuaram em 2011 até a última verificação com os participantes.

Os resultados mostraram, portanto, que esta AG21L estruturou-se de forma sólida e se mantém participativa nos encontros e nas ações para o desenvolvimento sustentável local. Assim como destacado por Sachs (2000), com o desenvolvimento sustentável também há a possibilidade dos objetivos de Estado, Mercado e Sociedade Civil chegaram a um consenso. Na experiência de Ijuí é possível verificar tal convergência, tanto que o despertar da AG21L no município ocorreu por iniciativas da Sociedade Civil e do Estado, que estabeleceram atividades antes mesmo do Fórum ser instituído. Foi visto também que um dos destaques desta AG21L foi a elaboração do diagnóstico do município, que caracteriza os principais problemas do município e as suas possíveis soluções. Ao mesmo tempo, as análises também demonstraram algumas dificuldades de coordenação, como uma polarização entre dois grupos e barreiras na comunicação entre os participantes do Fórum. Tais dificuldades exigem uma atenção especial, caso contrário, dissensos poderão vir a ocorrer em um futuro próximo. Apesar disso, pode-se dizer que o Fórum está bem avançado em relação à metodologia do Passo a Passo da Agenda Nacional. No ano de 2012 ele segue com uma nova coordenação, e continua possibilitando a inclusão de novos temas e trazendo benefícios para os cidadãos de Ijuí. Na continuação são apresentadas as considerações referentes ao município de Vacaria quanto à sua AG21L.

### ***Vacaria - O Futuro É Agora!***

Localizada na região Nordeste do estado, a cidade de Vacaria é conhecida como a maior dos Campos de Cima da Serra, que ainda conta com os municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Esmeralda, Lagoa Vermelha e São Francisco de Paula (VACARIA, 2010). Sua população é de 61.342 habitantes, com densidade demográfica de 28,88 hab/Km<sup>2</sup> e mais de 90% residindo na área urbana. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.805 (PNUD, 2000), o que é bastante similar aos municípios de Ijuí e Gravataí. A economia é

dividida entre serviços (58,06%), agropecuária (19,25 %) e indústria (13, 13%) (IBGE CIDADES, 2006), com destaque para a produção de maçãs, que representa 22% da colheita nacional (VACARIA, 2010).

No município, pôde ser acompanhada uma das reuniões, que ocorreu no dia 16 de maio de 2011. Mediante contato prévio com a coordenação do Fórum, esta visita foi salientada na pauta do Fórum, obtendo-se, assim, um espaço no início do encontro para que se pudesse explicar sobre o intuito do estudo. As reuniões em Vacaria acontecem às segundas-feiras pela manhã. Este período, segundo os entrevistados e pelo que se percebeu, está sendo adequado, pois, a maioria dos participantes já está a caminho do trabalho e concilia bem as reuniões com sua programação mensal. No encontro, foram discutidos diversos temas, sendo que a ênfase do debate foi dada a um projeto que estimula o uso de sacolas retornáveis no comércio local. Após a reunião, realizaram-se as entrevistas que já estavam programadas. No total, foram contabilizadas 14 reuniões oficiais do Fórum com 81 participantes.

Durante as falas dos entrevistados, quando contavam sobre o histórico, pôde-se perceber que a AG21L no município começou com a iniciativa de pessoas que trabalham na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e que participavam de encontros em outros municípios. Conforme eles relataram, participavam de reuniões de Fóruns de outros municípios para ver como funcionava e levaram a ideia para a Prefeitura em 2008. O grupo para a composição do Fórum foi articulado e a etapa de sensibilização teve início. Contudo, ao participarem do 3º Encontro da Rede Brasileira de AG21L no município de Ijuí, em 2009, é que eles perceberam que poderiam levar a ideia de imediato para Vacaria e candidataram-se para sediar o 4º Encontro. Como recorda um dos entrevistados: “a gente se candidatou quando a nossa lei ainda estava sendo votada. Estávamos voltando de viagem de Ijuí e a minha colega pôs a mão na cabeça e disse: você tem noção do compromisso e da responsabilidade que nós assumimos?” (E7).

Segundo o entrevistado que relatou esta situação, de fato, eles não tinham ideia do que viria a ser a AG21L e a força que este projeto teria no âmbito municipal. Estavam apenas no início, mas já tinham um grupo que, posteriormente, seria intitulado Fórum. Embora tivessem pouco tempo para organizar o Evento, no final de maio de 2009, ocorreu o 4º Encontro, que convidou todas as AG21L do RS. Foram quatro produtivos dias de trabalho segundo o entrevistado E10. O processo avançou em 26 de novembro de 2009, quando a Agenda 21 de

Vacaria foi criada pela Lei Municipal nº 2.857/2009. Mais tarde, os membros estabeleceram algumas normas de organização e de funcionamento do Fórum, que também foram institucionalizadas no documento intitulado Regimento Interno.

O Fórum está evoluindo na direção de um Diagnóstico (3º Passo), sempre em busca de novos parceiros para as ações de desenvolvimento sustentável. Um dos exemplos que pode ser citado é o projeto que foi debatido na reunião presenciada. Surgiu, nas discussões do Fórum, a possibilidade do município incentivar o uso de sacolas retornáveis ao invés de sacolas de plástico. O projeto está em andamento e já foram produzidas mais de mil sacolas de algodão pela prefeitura, que foram distribuídas na semana do Meio Ambiente. Além disso, o setor comercial, principalmente os representantes de mercados locais, participa do Fórum e aceitou aderir ao projeto (no total, já são dezesseis mercados parceiros). Agora, “aquilo que os mercadistas tinham certa restrição, já estão inclinados a fazer [...] entre si já combinaram e vão comprar uma quantidade bem grande de sacolas” (E7). A divulgação desta ação já está no *site* municipal, que registra: “Seja um cidadão sustentável, use sacola retornável”. Este é um dos exemplos trazidos pelos entrevistados que fortalece a ideia de que os processos na AG21L precisam ser contínuos. Quanto às perspectivas do Fórum, verificou-se que os entrevistados acreditam no fortalecimento da AG21L e, conseqüentemente, no grupo formado pelo Fórum. De acordo com dois entrevistados:

[...] tem-se muita vontade de crescer, ele é um Fórum novo e é bem ativo. Acho eu, ele cresceu muito de 2009 pra cá, tanto que até outros municípios vem ver. Acredito que talvez a gente possa entrar num cenário estadual de referência (E14).

Vejo que o Fórum Agenda 21 de Vacaria possui perspectivas positivas, pois tem o apoio de todos os setores da economia e da sociedade, o que só fortalece seu poder de influência, de decisão e de mobilização em suas ações (E13).

Ao longo das entrevistas, notou-se um grande entusiasmo perante o Fórum e à AG21L de Vacaria. Todavia, é importante destacar que nos primeiros Fóruns discutidos, São Lourenço do Sul e Gravataí, os participantes também relatavam um entusiasmo parecido no início. No entanto, não se pode relacionar diretamente o tempo de existência

do Fórum com a diminuição das atividades. Porém, se as quatro experiências forem retomadas, nota-se que estas possuem características muito semelhantes, como a grande dependência à ação política governamental. Nos Fóruns de São Lourenço e Gravataí o afastamento do governo era temido, pois os participantes acreditavam que com ele poderia também haver um esvaziamento do projeto. Nestes casos, os resultados mostraram que a mudança no quadro do poder público municipal contribuiu para o enfraquecimento da AG21L. De forma contrária, em Vacaria, a implementação da AG21L não está alicerçada apenas em recursos do poder público, mas também em recursos privados. Isto permite a continuidade do processo de cooperação para o desenvolvimento sustentável, independentemente do quadro político local.

Por fim, os resultados encontrados neste estudo demonstraram soluções locais para viabilizar a necessária cooperação entre os diferentes atores envolvidos nas questões do desenvolvimento sustentável. Não foram encontrados padrões, fórmulas ou receitas para estabelecer e coordenar a cooperação. No entanto, a análise dos casos de Fóruns de AG21L no Rio Grande do Sul apontou barreiras, avanços e perspectivas significativas para orientar uma concepção teórica e prática do desenvolvimento sustentável. E, por fim, se esta concepção de desenvolvimento preconiza uma difícil coordenação de interesses de atores frequentemente distantes, então o ponto de partida para a solução desta intrincada questão talvez não esteja nos acordos globais e sim nos corriqueiros, mas intensos, relacionamentos locais.

## **Considerações Finais**

Os problemas recorrentes de crises econômicas, sociais e ambientais têm suscitado questões sobre as possibilidades do desenvolvimento sustentável e de que maneira os atores cooperam para tal. A ênfase deste artigo esteve no nível local, com o estudo de quatro iniciativas de Fóruns de Agenda 21 localizados nos municípios de São Lourenço do Sul, Gravataí, Ijuí e Vacaria. Os resultados mostraram que, apesar das dificuldades existentes em propostas que visam envolver atores com distintas percepções, as iniciativas analisadas encontraram soluções para estabelecer ações cooperativas e empreender uma concepção de desenvolvimento sustentável em suas localidades.

Embora existam limitações relativas a um estudo exploratório e qualitativo, o artigo adotou o método de múltiplos casos para contrastar as barreiras e os avanços da coordenação da cooperação em cada

iniciativa e contribuir com o tema, tanto no campo teórico, quanto no campo empírico. Assim, com o objetivo de continuar o debate sobre o desenvolvimento sustentável local, sugere-se que novos estudos procurem avançar no entendimento da coordenação cooperativa dos atores e, se possível, consigam estabelecer construtos de governança passíveis de generalização. Não obstante, estudos com tal ênfase também poderão propor modelos de avaliação dos Fóruns, contribuindo não apenas com o conhecimento teórico sobre governança, mas principalmente para o êxito da AG21L.

## Referências

- AIPAN. **Diagnóstico Socioambiental de Ijuí**. Ijuí: AIPAN, 2009.
- ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: EBAPE/ FGV, v. 37, set-out. 2003.
- BURKETT, P. **Marxism and Ecological Economics**. Toward a red and Green political economy. Chicago: Haymarket Books, 2009.
- BURSZTYN, M. Desenvolvimento sustentável: fundamentação teórico-prática. **Revista IHU**. Edição 203, nov, 2006.
- CERQUEIRA, F.; FACCHINA, M. **A Agenda 21 e os objetivos de desenvolvimento do milênio: as oportunidades para a o nível local**. MMA, caderno de debate numero 7, 2005.
- CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável . **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- COELHO, T. **A cultura e seu contrário: Cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural. 2008.
- FONSECA, S. B. da. **Documento sobre a Agenda 21 do MMA**. 2002. Disponível em: <http://www.maa.gov.br/>. Acesso em: 08 de set. de 2010.
- GRAVATAÍ. **Documento elaborado pela Coordenação do Fórum**. Gravataí. 2006.
- GRAVATAÍ. **Site oficial do município**. 2010. Disponível em: <<http://www.gravatai.rs.gov.br>>. Acesso em: 10 de out. 2011.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n° 3859, p. 1243-1248, 1968.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2009**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/default.shtm>>. Acesso em: 23 de out. de 2010.

IBGE CIDADES. **Site com dados sobre as cidades do Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 05 de jun. de 2010.

IJUÍ. Prefeitura Municipal. **LEI Nº 4990, de 14 de maio de 2009 do município de Ijuí**, Institui o programa Agenda 21 do município, o Fórum da Agenda 21, e dá outras providências. Ijuí, 2009.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideo: Coscoroba, 1999.

MANZINI, E.; VEZZOLI, C. **O Desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais**. Tradução de Astrid de Carvalho. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MMA - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistematização de 100 experiências exitosas de Agendas 21 Locais no Brasil**. 2009.

MMA- MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **O que é Agenda 21?** 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597&idMenu=373>. Acesso em: 05 de jun. de 2010.

NASCIMENTO, E. P.; VIANNA, J. N.(Org.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NOVAES, W. **Clima - para onde vamos só com boas intenções?** Artigo publicado no O Estado de S.Paulo. 16 de dez. de 2011.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

OSTROM, E. A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems. *Science*, v. 325, p. 419-422, 2009.

OSTROM, E. **Governing the commons**: The evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

PANE, S. S.; OYLER, J. D.; HUMPHREYS, J. H. Historical, practical, and theoretical perspectives on green management: An exploratory analysis. *Management Decision*, v. 47, n. 7, p. 1041-1055, 2009.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD**. 2000. Disponível em < <http://www.pnud.org.br/publicacoes/> >. Acesso em: 09 de abril de 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Prefeitura Municipal. **Decreto nº. 2.644, de 02 de maio de 2005**. Elabora da Agenda 21 Local e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de São Lourenço do Sul, cria o Fórum 21, e dá outras providências. São Lourenço do Sul. 2005.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Prefeitura Municipal. **Decreto n.º 2873 de 2007**. Estabelece as Diretrizes para a Agenda 21 Local e do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul. 2007.

SÃO LOURENÇO DO SUL. **Site oficial da Prefeitura Municipal**. 2010. Disponível em: <<http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 de out. de 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STEINER, A. É hora de um acordo global. *Revista VEJA*, São Paulo, ano 45, edição 2.256, n. 7, p. 17-21, 15 fev., 2012.

VACARIA. **Site oficial da Prefeitura municipal**. Disponível em: <<http://www.vacaria.rs.gov.br/>> Acesso em: 14 de out. de 2010.

VEIGA, J. E. da; ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.